

# Fórum Técnico do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua

## 3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

<b>Órgãos e entidades presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas</li> <li>• Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região</li> <li>• Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região</li> <li>• Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais – Cimos MPMG</li> <li>• Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPDH-DPMG</li> <li>• Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG</li> <li>• Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR</li> <li>• Movimento Nacional da População de Rua – MNPR</li> <li>• Pastoral Nacional do Povo de Rua – PNPR</li> <li>• Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac</li> <li>• Secretaria de Estado Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais – Seedif</li> <li>• Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag</li> <li>• Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SMAAS</li> </ul>
<b>Parlamentares e assessorias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria do deputado André Quintão</li> <li>• Assessoria do deputado Rogério Correia</li> </ul>
<b>Assessoria ALMG</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT</li> <li>• Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID</li> <li>• Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI</li> <li>• Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC</li> </ul>
<b>Pauta Prevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura</li> <li>• Apresentação dos convidados: nome e instituição que representa</li> <li>• Explicação sobre a estrutura do evento e previsão de cronograma</li> <li>• Validação dos eixos temáticos do documento base</li> <li>• Eleição das subcomissões de metodologia e de conteúdo e definição de cronograma das reuniões</li> <li>• Marcação da próxima reunião preparatória</li> <li>• Encerramento</li> </ul>
<b>Transcurso da reunião / pontos importantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A assessoria da Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI – apresentou as datas previstas para o Fórum Técnico de acordo com o planejamento da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac. A previsão é de que sejam realizadas, de 19 de fevereiro a março de 2018, oito regionalizações – sete em cidades do interior do Estado, e uma em Belo Horizonte. A Etapa Final do evento deve acontecer entre os dias 21 e 30 de maio, em Belo Horizonte. Assim, a assessoria destacou que será preciso definir todo o conteúdo do documento base a ser trabalhado no interior e a metodologia do evento até fevereiro, lembrando que haverá vários feriados nesse período: 2 de novembro, 15 de novembro, 8 de dezembro, além dos de Natal, <i>Réveillon</i> e Carnaval. Outro ponto importante a ser pensado, de acordo com a assessoria, é como trabalhar os dois públicos distintos – a população em situação de rua e órgãos públicos, rede de atendimento e entidades envolvidas com a temática – e integrar as metodologias.</li> </ul>

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

#### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

- O representante da Secretaria de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania – Sedpac – apresentou o projeto de interiorização. Segundo ele, a ideia é mobilizar a população em situação de rua e demais moradores das cidades onde serão realizadas as interiorizações. Para chamar a atenção da população, está prevista a contratação de empresa para a realização de teatro e, em seguida, oficina para que a população em situação de rua possa falar das suas propostas e necessidades. Uma segunda oficina seria realizada com a rede de atendimento, sociedade civil organizada, Prefeitura, Ministério Público, Defensoria Pública e todos os envolvidos. Ele lembrou que as interiorizações foram planejadas para depois do Carnaval justamente para possibilitar a preparação do documento base e da metodologia. A previsão é de que as interiorizações sejam realizadas em cerca de quatro semanas de fevereiro a março. Em abril, as propostas apresentadas no interior e em Belo Horizonte serão consolidadas e, em maio, será realizada a Etapa Final em Belo Horizonte. Destacou ainda que uma comissão continuará acompanhando o encaminhamento das propostas após a Etapa Final. Ainda, de acordo com ele, as eleições de 2018 impõem restrições legais para a execução de novos projetos, daí a importância de se realizar o evento até maio.
- A assessoria da GPI ressaltou que a metodologia, o cronograma de atividades, o documento base e todas as demais questões relacionadas ao evento serão decididas pela Comissão Organizadora. Lembrou que o Fórum Técnico surgiu de uma demanda da Sedpac, que tem o objetivo de discutir com a sociedade o Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua e foi acolhida pelos deputados Rogério Correia e André Quintão. Com base nas reuniões anteriores, nos documentos apresentados pela comissão organizadora e nas legislações municipal, estadual e nacional, a assessoria apresentou uma proposta de eixos temáticos para o evento, que seriam: Direitos Humanos, Segurança, Participação Social e Cidadania; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Urbano, Habitação; Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Saúde; Cultura, Esportes e Lazer.
- O representante do Ministério Público – MP – propôs a união do eixo Trabalho e Emprego com o de Educação.
- O representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR – argumentou que quando se pensa a Educação como política pública, o foco maior está na educação formal e não na educação profissional, capacitação, qualificação e requalificação de mão de obra. Manifestou o temor de que, ao se unir os dois eixos, fique faltando alguma das duas.
- O representante do MP avaliou que se, quando se fala Educação, for só considerada a formal mesmo, ele concordaria em manter os eixos separados.
- A representante da Consultoria Temática esclareceu que, dentro do eixo Trabalho e Emprego, só uma parte da qualificação profissional poderia se aproximar à Educação, mas não abrangeria tudo, e olhando as necessidades da população em situação de rua seriam necessárias outras ações que vão além da qualificação profissional.
- O representante do MP concordou que deve ficar claro que não basta só qualificação, capacitação, é importante também ações que desenvolvam o empreendedorismo e outras formas de emprego.
- A representante da Defensoria Pública defendeu a permanência da Educação como eixo separado, de forma a ressaltar que se trata de toda a Educação e não só da formação específica para o trabalho.
- O representante da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS – defendeu a distinção entre o eixo de Educação, que abrangeria a educação formal, o letramento, e o eixo de Trabalho e Emprego, que incluiria a capacitação, qualificação, requalificação profissional, empreendedorismo e outras ações de inserção do mercado de trabalho, como consta na Política Nacional para a População em Situação de Rua. Sugeriu o uso do documento como base das discussões do evento.
- O representante da Sedpac esclareceu que os Eixos propostos são os da Política Nacional, com apenas a união do Eixo de Segurança Alimentar ao de Assistência Social, e a inclusão das políticas de Esportes e Lazer no eixo da Cultura.
- Por fim, houve consenso em se reservar à Educação um eixo próprio.
- O representante do Ministério Público sugeriu a inclusão do termo moradia, no eixo Desenvolvimento Urbano e Habitação. Ressaltou

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

#### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

- a diferença de significado dos termos: habitação remeteria ao aspecto físico, enquanto moradia faria mais referência ao direito à moradia.
- O representante do MNPR destacou a importância da habitação como política macro e prioritária para a população em situação de rua, sugerindo colocá-la em primeiro lugar no título do eixo (Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano), o que foi aprovado pelos presentes.
  - O representante do MP sugeriu a inclusão da expressão mobilização social no eixo de Direitos Humanos, Segurança, Participação Social e Cidadania, lembrando o nome da própria Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, da qual faz parte. Ressaltou que a expressão significa trazer a sociedade para um objetivo comum, motivar.
  - A representante da Defensoria Pública sugeriu separar Direitos Humanos e Segurança de Controle Social, Mobilização e Participação Sociais e Cidadania.
  - O representante do MNPR propôs a criação de um eixo separado para a segurança. Destacou que o Plano para a População em Situação de Rua deve incluir ações de segurança, como a obtenção de documentos de identificação e providências com relação às pessoas desaparecidas.
  - A representante da Defensoria Pública lembrou a importância de não se desconectar a segurança dos Direitos Humanos. Manifestou a preocupação de que, se deixada em um eixo separado, ela se torne uma segurança contra a população em situação de rua.
  - O representante do MP sugeriu a inclusão da palavra controle no eixo de Mobilização e Participação Sociais e Cidadania, de forma a destacar o controle do Estado pela população e a importância de trabalhar nos orçamentos com o objetivo de garantir financiamento para as políticas voltadas para as pessoas em situação de rua.
  - A representante da Consultoria temática reforçou a importância de se destacar, nesse eixo, a mobilização social.
  - O representante da Secretaria de Estado de Planejamento – Seplag – considerou contraditório colocar os Direitos Humanos ao lado da Segurança Pública. Destacou que veio da periferia e que segurança pública lembraria a ele repressão policial, e não garantia de direitos. Ponderou que na conjuntura atual é preciso tomar cuidado com essas categorias e que isso poderia abrir um precedente para precarizar o direito. Solicitou que isso fosse pensado.
  - O representante do MP destacou a importância da participação da polícia nas discussões do evento, de torná-la parceira e argumentou ser maior o risco de ações indesejadas quando deixamos ela de lado. Lembrou que a Polícia Militar é o único serviço público que está em todos os municípios de Minas Gerais. Por isso, é importante que ela “esteja do nosso lado e internalize os princípios que a gente quer.”
  - O representante da Seplag afirmou não querer afastar a polícia. Ressaltou que é importante que ela participe sim, entenda o que está sendo proposto. Destacou ter nascido no Alto Vera Cruz, um dos bairros mais perigosos de Belo Horizonte, e falar de uma vivência. Por cursar mestrado em Antropologia, sua tentativa seria a de escutar e entender o que o representante da população de rua está dizendo. Afirmou não entender obtenção de documento e ações para as pessoas desaparecidas como segurança pública. Defendeu que, se a polícia deve ser trazida para participar deste processo, que seja criado um eixo separado para ela e especificado que ela precisa colocar o seu lado humano para funcionar.
  - O representante do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável – MNCR – afirmou também ser de periferia e já ter tido experiências negativas com a polícia. Mas, ponderou que, para mudar isso, não se deve deixar a polícia de fora das discussões. Ressaltou que a polícia é um aparelho do Estado, é paga por todos, e que o sonho do movimento social é que ela seja desmilitarizada, seja “polícia de fato”. Para isso, ela tem que ser responsável, aprender a abordar, tratar as pessoas, tanto a população em situação de rua, quanto quem mora na periferia, o catador, seja quem for, e proteger e servir. Destacou que devemos convidar a polícia a participar, educá-la, mudar conceitos, pois todos precisamos de segurança pública. Lembrou que a saúde, o

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

#### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

trabalho, o emprego, a exclusão e a violência estão interligados. Afirmou que, se a polícia é repressiva, intolerante, preconceituosa, devemos mudar isso e definir a polícia que queremos.

- O representante do Iepha comentou que nasceu em Venda Nova, mora no São Gabriel, e já foi abordado pela polícia muitas vezes. Reforçou a importância da proximidade com a polícia, de se chamar ela para conversar, inclusive para proteger os moradores. Afirmou que havia muitas ocorrências, inclusive uma recente de assassinato, na região da Praça da Liberdade, da Savassi, da Igreja da Boa Viagem. Para melhorar isso, após conversas com a Sedpac e com a Defensoria Pública, foi feito um treinamento com a Polícia Militar na Praça da Liberdade, que resultou em uma instrução normativa criada pelos próprios policiais. De acordo com ele, verificou-se que os policiais não recebiam treinamento para fazer a abordagem adequada dos moradores em situação de rua. Hoje, após o treinamento, eles conhecem os moradores em situação de rua da região e a abordagem mudou. Para ele, a segurança pública é importante inclusive para os moradores em situação de rua e é possível perceber que as forças policiais têm mudado. Comentou que, atualmente, na rua Rio de Janeiro, há cerca de dez moradores que dormem na porta da Polícia Civil, porque têm medo de violência durante a noite. A força policial tem garantido que esse morador consiga dormir à noite para exercer as suas funções durante o dia. Destacou a importância de se manter a polícia próxima, até para que ela mude os seus processos, da parceria com a polícia e de não se desconectar a Segurança Pública dos Direitos Humanos para fazer com que as forças policiais e os órgãos públicos trabalhem em favor da população.
- O representante da Seplag afirmou que acha importante a polícia participar das reuniões, que não se pode generalizar, mas seria importante observar esta questão.
- A assessoria da GPI esclareceu que a polícia foi convidada para as reuniões preparatórias do Fórum Técnico e faz parte do Comitê PopRua.
- O representante do MNPR lembrou que quando se trata do tema polícia, normalmente aparece esse conceito da repressão e, neste sentido, todos, como ele, que são da periferia, teriam experiências para contar. Mas, enfatizou que a polícia existe e atua, ninguém vai extingui-la, e, sendo um ator do Estado, é necessário chamá-la sim para a discussão, para a conversa. Segundo ele, é por meio do diálogo, do debate, que a população de rua vai colocar as questões que ela pondera e resolver isso. Afirmou que não sabe se os eixos devem ficar juntos, mas que a polícia precisa participar e que esse diálogo tem que ser feito sim.
- O representante da SMAAS pontuou que Direitos Humanos é muito mais do que Segurança Pública. Como exemplo, disse que os Direitos Humanos da população de rua podem estar sendo violados inclusive no atendimento, no abrigo. Considerou necessário avaliar se, para a construção do Plano Estadual, a relação dos Direitos Humanos estritamente com a Segurança Pública é o principal tema. Se for, caberia incluí-los no mesmo eixo. Se não, poderiam ficar em eixos separados.
- A assessoria da GPI esclareceu que a ideia de colocar segurança e Direitos Humanos no mesmo eixo visou justamente pensar a segurança sempre ligada aos Direitos Humanos, mas que serão discutidos também outros tópicos.
- A representante da Defensoria Pública alertou que a segurança desconectada dos Direitos Humanos pode tomar um outro viés e que, ao contrário, o que se quer é a segurança muito conectada com o Direitos Humanos. Avaliou inclusive que, se houver um eixo separado para a segurança, o grupo de discussão durante o evento pode deixar passar propostas absurdas e as pessoas que estão na comissão organizadora podem não estar lá para evitar isso. Destacou que os Direitos Humanos seriam um limite para a segurança no Plano Estadual.
- O representante do MP reforçou a importância de se manter Direitos Humanos e Segurança no mesmo eixo, com o cuidado de dar significado aos termos e descrever o que se pretende debater neste eixo. Quanto à ideia mais ampla de Direitos Humanos, considerou que estaria contemplada no eixo de Controle social, Mobilização e Participação Sociais e Cidadania.
- A assessoria da GPI falou da possibilidade de se contextualizar o que vai ser discutido nos eixos durante o evento, no início do

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

#### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

- trabalho dos grupos.
- O representante da SMAAS afirmou que é preciso pensar se a Segurança Pública articulada aos Direitos Humanos é um item central do evento, importante para população de rua e para a construção do Plano Estadual.
  - O representante da Sedpac esclareceu que a segurança não será o foco principal do eixo e que o fato dela estar associada aos Direitos Humanos lembra apenas que a discussão da Segurança Pública no evento deve ser feita sob essa ótica. Não impede que outras questões de Direitos Humanos sejam discutidas, como a violação de direitos no abrigo, a retirada de pertences.
  - O representante da SMASS comentou que será preciso ler o texto introdutório do eixo para entender isso.
  - O representante do Iepha lembrou que uma das forças mais violentas contra os moradores de rua é a Guarda Municipal e que ao tratar da segurança pública será preciso abordar as forças policiais como um todo. Segundo ele, é preciso dar treinamento de Direitos Humanos também para ela, que muitas vezes não tem as informações necessárias e tem uma atuação repressiva com os mais necessitados, tanto os moradores em situação de rua, quanto os camelôs e outras pessoas que estão vivendo muitas dificuldades principalmente nesse momento de uma extrema crise econômica.
  - A representante da Defensoria Pública disse não ter uma opinião firme sobre se Direitos Humanos e Segurança deveriam mesmo ficar separados do Controle Social, Mobilização e Participação Sociais e Cidadania. Segundo ela, mantê-los juntos poderia sobrecarregar o primeiro eixo, mas deixá-los separados, por outro lado, pode esvaziar o segundo eixo.
  - A assessoria da GPI esclareceu que, mesmo permanecendo em eixos separados, um mesmo grupo de trabalho poderá tratar dos dois temas, que estão relacionados.
  - A representante da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público sugeriu a mudança de redação do segundo eixo para Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Sociais e defendeu que seja um eixo separado mesmo para não ficarem muitos temas em um único eixo.
  - O representante da Seplag solicitou o reforço do convite à Polícia Militar para participar das reuniões preparatórias do evento e afirmou que a vinda dela demonstraria que de fato a polícia se importa com essa questão. Lembrou que é uma corporação grande, que tem condições de destacar alguém para participar da Comissão Organizadora.
  - A representante do gabinete do deputado Rogério Correia destacou que estamos falando de polícia, de ser humano, de vida. Ressaltou que o morador de rua é muito importante e a polícia também, é preciso cuidado ao falar disso. Considerou que existe sim a polícia que espanca, que mata, mas existe também aquela que a gente busca o apoio, conta com ela, que nós precisamos. Lembrou que é preciso fazer um trabalho de humanização e que é muito importante a sugestão de trazer a polícia para participar. Como voluntária de uma rede de creches da região Nordeste, relatou ter momentos tristes, mas também de muita gratidão por trabalhos realizados em conjunto com a corporação.
  - Chegou-se, então, a um consenso sobre a manutenção dos Direitos Humanos e da Segurança Pública no mesmo eixo, com um texto introdutório que esclareça o objetivo do eixo.
  - Foi aprovada a inversão da ordem dos termos do segundo eixo para Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Sociais.
  - O representante do MNPR sugeriu a inclusão do termo Geração de Renda no eixo sobre Trabalho e Emprego.
  - O representante da Sedpac explicou a união da Assistência Social e da Segurança Alimentar em um mesmo eixo, já que o número de propostas na área de Segurança Alimentar não seria tão grande e a Assistência Social é normalmente responsável pela execução prática da política de Segurança Alimentar.
  - O representante do MNPR lembrou que no nível federal elas estão na mesma pasta, a do Ministério do Desenvolvimento Social.
  - A representante da Defensoria Pública questionou se seria possível juntar Educação, Cultura, Esporte e Lazer em um mesmo eixo. Considerou que não haveria tantas propostas e, talvez, também participantes para tantos eixos.

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

#### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

- A assessoria da GPI explicou que os eixos não resultarão necessariamente em grupos de trabalho separados, podendo um mesmo grupo discutir mais de um eixo. Lembrou que não há pessoal, nem espaço no interior, para viabilizar oito grupos de trabalho e que a ideia seria justamente aproximar os eixos relacionados.
- A Consultoria Temática esclareceu que a divisão dos eixos foi pensada mais para a organização das propostas já existentes no documento de referência, do que para a estruturação dos grupos de trabalho no dia do evento.
- O representante do MNCR sugeriu a inclusão da ideia de desenvolvimento urbano justo.
- A assessoria da GPI afirmou que é possível incluir essa ideia no texto introdutório deste eixo.
- Foram aprovados os seguintes eixos para o Fórum Técnico: Direitos Humanos e Segurança Pública; Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Sociais; Trabalho, Emprego e Geração de Renda; Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano; Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Saúde; e Cultura, Esportes e Lazer.
- A assessoria da GPI ressaltou que a Comissão Organizadora tem até 19 de fevereiro para estar com o conteúdo do documento base definido e pensar as metodologias – uma para a população em situação de rua e outra para a rede de apoio e demais entidades – além de pensar como integrar essas duas metodologias e trazer o produto resultante delas para a Etapa Final.
- Para alcançar estes objetivos, foi proposto que as reuniões da Comissão Organizadora sejam realizadas em datas coincidentes com as das reuniões mensais do Comitê Pop Rua, de forma aproveitar a mobilização. Lembrou-se que a próxima reunião do Comitê Pop Rua será no dia 9 de novembro à tarde e a reunião da Comissão Organizadora seria realizada de manhã.
- Foi sugerida também a criação de outras duas subcomissões: uma de metodologia e outra de conteúdo, que trataria dos eixos e propostas do documento base. As reuniões da Comissão Organizadora teriam como objetivo validar o trabalho das subcomissões.
- Foi proposta inicialmente a realização das reuniões da subcomissão de conteúdo nos dias 30 de outubro e 6 de novembro, para, no dia 9, validar o material junto à Comissão Organizadora. Foram também disponibilizadas as salas da GPI para a realização destas reuniões. Lembrou-se que a reunião da subcomissão de conteúdo contará com a participação da Consultoria Temática da ALMG e que serão aproveitados, além da legislação, os documentos de propostas levantados junto à Comissão Organizadora. Foi esclarecido que os membros da Comissão poderão optar por participar da discussão dos eixos com os quais têm mais afinidade.
- O representante do MNPR manifestou que a intenção da população em situação de rua é participar de todo o cronograma de atividades.
- A representante da Pastoral Nacional do Povo de Rua – PNPR – afirmou ser fundamental a presença do Movimento da População em Situação de Rua em todas as reuniões. Lembrou que 30 de novembro seria complicado, já que seria a data das discussões sobre Direitos Humanos na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Demonstrou ainda a preocupação de que seja elaborado um Plano Estadual para a População em Situação de Rua com metas, prazos, para a efetivação das políticas públicas, e não apenas diretrizes. Pediu que todos que participarem dos grupos se comprometam a pensar nisso.
- A assessoria da GPI sugeriu manter a reunião do dia 30, com a escolha de um tema que não concorra com o da revisão do PPAG. Esclareceu que durante o evento serão discutidas as propostas, mas que, terminado o Fórum, haverá ainda o trabalho do Comitê de Representação, que tem como objetivo pensar os desdobramentos das propostas e poderá propor metas e prazos de forma mais específica.
- A representante da PNPR destacou que é preciso efetivar a política pública na vida das pessoas, que o Movimento da População em Situação de Rua e a Assistência Social precisam muito participar e defendeu que a reunião não fosse realizada no dia 30 de outubro para não concorrer com as discussões do PPAG.
- O representante da Companhia de Habitação de Minas Gerais – Cohab – afirmou que a companhia teria disponibilidade para estar presente no dia 30 de outubro à tarde.

### **3ª Reunião Preparatória – 27/10/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI**

<b>Transcurso da reunião / pontos importantes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O representante do MP falou da necessidade de se reforçar ao máximo as discussões do PPAG, que devem ser consideradas prioridade zero.</li><li>• Foi formada a subcomissão de conteúdo, com a participação das seguintes entidades: MNPR; PNPR; Sedpac; Seplag; Conselho Regional de Psicologia – CRP; Cimos MPMG; mandatos dos deputados André Quintão e Rogério Correia; MNCR; Cohab e Secretaria de Estado de Cultura – Sec.</li><li>• O representante da Sedpac destacou a importância da presença de cada órgão na reunião em que for ser discutido o eixo relacionado à sua área de atuação.</li><li>• Foi formada também a subcomissão de metodologia, com a participação das seguintes entidades: MNPR; SMAAS; Sedpac; PNPR; Cimos MPMG; mandatos dos deputados André Quintão e Rogério Correia; Defensoria Pública e CRP.</li><li>• Ficou agendada para o dia 6 de novembro, às 14 horas, a primeira reunião da subcomissão de conteúdo, que trabalhará o eixo Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano, por sugestão do representante do MNPR, que destacou mais uma vez a importância da política de habitação para a população em situação de rua.</li><li>• O trabalho da subcomissão de conteúdo será validado na próxima reunião da Comissão Organizadora, marcada para o dia 9 de novembro, às 9h30min.</li><li>• O representante do MP afirmou que o projeto da interiorização, a ser realizada em fevereiro e março de 2018, com a participação do grupo de teatro Parangolê, foi apresentado ao Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais – Funemp – e está na agenda do MP como prioridade.</li><li>• A assessoria da Gerência-Geral de Relações Públicas solicitou a devolução dos dois formulários distribuídos, um para o preenchimento dos contatos das assessorias de comunicação das entidades participantes da Comissão Organizadora e o outro das sugestões para identidade visual do evento.</li><li>• A assessoria da GPI destacou que na próxima reunião da Comissão Organizadora, agendada para o dia 9 de novembro, às 9h30min, haverá a apresentação do trabalho da subcomissão de conteúdo e a definição das próximas reuniões das subcomissões.</li></ul>
<b>Próxima reunião</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Reunião da Subcomissão de Conteúdo – Eixo Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano: 6 de novembro de 2017, segunda-feira, às 14 horas, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4º andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho).</b></li><li>• <b>Reunião da Comissão Organizadora: 9 de novembro de 2017, quinta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4º andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho).</b></li></ul>
<b>Tarefas combinadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração e organização das propostas do eixo Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano pela subcomissão de conteúdo, com a presença do máximo de entidades interessadas e relacionadas ao tema. Validação do trabalho da subcomissão na reunião da Comissão Organizadora e agendamento das próximas reuniões de subcomissões. Recolhimento dos formulários de contatos das assessorias de comunicação das entidades e de sugestões para identidade visual.</li></ul>